

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA	17
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	17
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	18
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	19
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	20
12. INVESTIMENTOS	21
13. IMOBILIZADO	22
14. INTANGÍVEIS	23
15. FORNECEDORES.....	24
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	26
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	29
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	30
20. PROVISÕES.....	30
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	34
22. RECEITA	35
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	36
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	38
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	40
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	48
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	49
29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	50
30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA	52
31. RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO – REQUERIMENTO	54
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	54
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	56
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	68

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	1.691.955	1.550.033	714.106	1.150.309
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	05	450.106	170.492	447.037	170.239
Consumidores e Revendedores	06	498.335	467.200	482.161	454.950
Concessionários - Transporte de Energia		152.164	145.407	70.172	66.451
Ativo Financeiro da Concessão	11	531.786	696.199	42.106	42.106
Tributos Compensáveis	07	49.876	56.199	30.063	29.634
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	08	43.183	48.774	27.642	26.869
Revendedores - Transações com Energia Livre		20.755	22.080	20.755	22.080
Dividendos a Receber		-	-	145.199	10.726
Estoques		11.211	6.263	8.526	4.355
Outros Créditos		114.699	107.263	70.420	71.983
TOTAL DO CIRCULANTE		3.564.070	3.269.910	2.058.187	2.049.702
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	05	67.518	-	56.290	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	09	177.605	577.778	-	215.350
Tributos Compensáveis	07	35.516	31.947	32.485	28.921
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	08	9.115	4.057	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	10	159.131	157.107	152.039	150.510
Crédito com Pessoas Ligadas		13.146	6.060	2.982	3.255
Outros Créditos		52.851	57.827	8.816	8.559
Ativo Financeiro da Concessão	11	3.898.139	3.797.551	736.750	716.232
Investimentos	12	108.232	109.518	2.898.122	2.980.579
Imobilizado	13	7.232.611	7.199.635	5.554.450	5.677.753
Intangíveis	14	459.435	469.857	31.492	33.522
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.213.299	12.411.337	9.473.426	9.814.681
TOTAL DO ATIVO		15.777.369	15.681.247	11.531.613	11.864.383

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	2.993.306	2.404.850	1.678.038	1.645.152
Debêntures	17	2.935.073	3.275.955	2.755.619	3.122.650
Fornecedores	15	165.438	182.166	108.510	116.509
Impostos, Taxas e Contribuições	16	80.370	78.922	73.196	70.448
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	66.648	35.488	50.495	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		166.715	-	166.733	-
Salários e Encargos Sociais		59.070	64.857	51.474	57.039
Encargos Regulatórios	18	84.354	80.967	59.493	58.003
Participações nos Lucros		26.119	18.845	26.118	18.845
Dívidas com Pessoas Ligadas		2.662	29.900	2.662	29.900
Obrigações Pós-Emprego	19	13.750	17.048	13.750	17.048
Outras Obrigações		77.564	80.075	56.777	58.558
TOTAL DO CIRCULANTE		6.671.069	6.269.073	5.042.865	5.194.152
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	1.683.878	1.734.216	205.671	272.304
Debêntures	17	943.749	932.919	49.740	46.896
Provisões	20	62.848	68.090	13.532	14.347
Obrigações Pós-Emprego	19	427.855	421.404	427.855	421.404
Impostos, Taxas e Contribuições	16	205.211	165.359	101.233	106.686
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	283.639	748.456	273.627	524.610
Encargos Regulatórios	18	86.851	70.283	86.645	70.162
Concessões a Pagar		146.658	123.871	126.671	123.871
Outras Obrigações		65.025	61.500	3.188	3.875
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.905.714	4.326.098	1.288.162	1.584.155
TOTAL DO PASSIVO		10.576.783	10.595.171	6.331.027	6.778.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR					
Capital Social	21	3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		383.769	989.503	383.769	989.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial		719.938	799.788	719.938	799.788
Lucros Acumulados		800.094	-	800.094	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.200.586	5.086.076	5.200.586	5.086.076
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.777.369	15.681.247	11.531.613	11.864.383

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
RECEITA	22	2.450.642	2.054.457	2.160.796	1.851.127
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(130.957)	(114.858)	(133.234)	(118.762)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(242.505)	(281.362)	(237.920)	(281.350)
		<u>(373.462)</u>	<u>(396.220)</u>	<u>(371.154)</u>	<u>(400.112)</u>
CUSTOS					
Pessoal e Administradores	23a	(110.263)	(108.939)	(102.343)	(102.019)
Materiais		(5.935)	(7.828)	(4.751)	(5.677)
Serviços de Terceiros	23b	(53.915)	(48.603)	(40.875)	(44.055)
Depreciação e Amortização		(178.679)	(144.016)	(165.945)	(133.190)
Reversões (Provisões) Operacionais		1.038	(1.725)	194	(1.725)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(91.858)	(70.434)	(91.172)	(70.114)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(45.677)	(28.182)	(42.528)	(16.450)
Outros custos de operação		(10.181)	(16.000)	(5.938)	(13.770)
		<u>(495.470)</u>	<u>(425.727)</u>	<u>(453.358)</u>	<u>(387.000)</u>
TOTAL DOS CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(868.932)	(821.947)	(824.512)	(787.112)
LUCRO BRUTO		1.581.710	1.232.510	1.336.284	1.064.015
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(7.702)	-	(7.702)	-
Despesas Gerais e Administrativas		(104.408)	(103.732)	(80.352)	(92.597)
Outras Despesas Operacionais		(64.332)	(30.571)	(58.303)	(29.069)
		<u>(176.442)</u>	<u>(134.303)</u>	<u>(146.357)</u>	<u>(121.666)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)		1.405.268	1.098.207	1.189.927	942.349
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.458)	-	74.681	58.009
Receitas Financeiras	24	118.769	137.841	59.886	118.653
Despesas Financeiras	24	(452.115)	(469.333)	(279.361)	(379.309)
Resultado antes dos Impostos		1.070.464	766.715	1.045.133	739.702
Imposto de Renda e Contribuição Social	9b	(400.665)	(258.506)	(367.336)	(250.001)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	50.554	3.463	42.556	21.971
RESULTADO DO EXERCÍCIO		720.353	511.672	720.353	511.672
Lucro Básico por ação preferencial e ordinária		0,24867	0,1766	0,24867	0,1766
Lucro Diluído por ação preferencial e ordinária		0,24867	0,1766	0,24867	0,1766

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/12	Abr a Jun/11 Reclassificado	Abr a Jun/12	Abr a Jun/11
RECEITA	1.245.628	1.046.643	1.098.256	937.582
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(66.691)	(57.455)	(66.877)	(59.157)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(130.691)	(143.544)	(126.462)	(143.542)
	(197.382)	(200.999)	(193.339)	(202.699)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores	(55.833)	(56.617)	(51.901)	(53.457)
Materiais	(3.540)	(5.409)	(3.164)	(3.857)
Serviços de Terceiros	(31.394)	(30.695)	(23.812)	(28.683)
Depreciação e Amortização	(90.527)	(49.493)	(83.562)	(44.111)
Reversões (Provisões) Operacionais	1.401	(1.664)	(783)	(1.664)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(44.529)	(35.042)	(44.161)	(34.722)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(20.676)	(18.337)	(18.990)	(9.612)
Outros custos de operação	(5.528)	(19.845)	(4.085)	(18.342)
	(250.626)	(217.102)	(230.458)	(194.448)
CUSTO TOTAL	(448.008)	(418.101)	(423.797)	(397.147)
LUCRO BRUTO	797.620	628.542	674.459	540.435
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(3.077)	-	(3.077)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(53.084)	(61.879)	(38.202)	(54.738)
Outras Despesas Operacionais	(33.991)	(12.355)	(31.079)	(10.947)
	(90.152)	(74.234)	(72.358)	(65.685)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)	707.468	554.308	602.101	474.750
Resultado de Equivalência Patrimonial	(656)	-	31.425	30.474
Receitas Financeiras	68.810	75.615	39.476	66.023
Despesas Financeiras	(235.845)	(234.971)	(141.489)	(187.689)
Resultado antes dos Impostos	539.777	394.952	531.513	383.558
Imposto de Renda e Contribuição Social	(219.048)	(137.335)	(200.945)	(131.392)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.589	7.680	34.750	13.131
RESULTADO DO EXERCÍCIO	365.318	265.297	365.318	265.297
Lucro Básico por ação preferencial e ordinária	0,1261	0,0916	0,1261	0,0916
Lucro Diluído por ação preferencial e ordinária	0,1261	0,0916	0,1261	0,0916

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
RESULTADO DO PERÍODO	720.353	511.672	720.353	511.672
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(165)	(276)	(165)	(276)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56	94	56	94
	(109)	(182)	(109)	(182)
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	720.244	511.490	720.244	511.490

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2012	Abr a Jun/2011	Abr a Jun/2012	Abr a Jun/2011
RESULTADO DO PERÍODO	365.318	265.297	365.318	265.297
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(144)	(1.567)	(144)	(1.567)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49	533	49	533
	(95)	(1.034)	(95)	(1.034)
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	365.223	264.263	365.223	264.263

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva de Ajustes de Avaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.296.785	844.198	909.662	-	5.050.645
Resultado do Período	-	-	-	511.672	511.672
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	(182)	-	(182)
Total do resultado abrangente do período	-	-	(182)	511.672	511.490
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(84.945)	84.945	-
Dividendos de 2010 excedentes ao dividendo mínimo estatutário	-	(523.879)	-	-	(523.879)
SALDOS EM 30 JUNHO DE 2011	3.296.785	320.319	824.535	596.617	5.038.256
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.296.785	989.503	799.788	-	5.086.076
Resultado do Período	-	-	-	720.353	720.353
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	(109)	-	(109)
Total do resultado abrangente do período	-	-	(109)	720.353	720.244
Dividendos Propostos	-	(605.734)	-	-	(605.734)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(79.741)	79.741	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	3.296.785	383.769	719.938	800.094	5.200.586

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	720.353	511.672	720.353	511.672
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixas				
Depreciação e Amortização	180.686	184.169	167.569	172.164
Equivalência Patrimonial	1.458	-	(74.681)	(72.707)
Juros e Variações Monetárias	231.485	334.433	247.415	344.953
Impostos Federais	350.111	255.043	324.780	228.030
Provisões para Perdas Operacionais	2.460	1.823	6.887	1.725
Obrigações Pós-Emprego	25.754	28.107	25.754	28.107
Outros	2.917	7.237	2.649	22.228
	<u>1.515.224</u>	<u>1.322.484</u>	<u>1.420.726</u>	<u>1.236.172</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(38.837)	(11.403)	(34.913)	(12.448)
Tributos Compensáveis	2.754	(818)	(3.993)	4.129
Imposto de Renda e Contribuição Social	533	71.320	(773)	90.067
Transporte de Energia	(6.757)	(6.995)	(3.721)	(3.273)
Depósito Judiciais	(2.024)	(19.476)	(1.529)	(18.545)
Dividendos Recebidos	-	-	126.684	232.198
Ativo Financeiro da Concessão	290.128	198.101	22.010	18.901
Outros	(13.170)	30.308	(1.267)	11.946
	<u>232.627</u>	<u>261.037</u>	<u>102.498</u>	<u>322.975</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(16.728)	(27.003)	(7.999)	(11.150)
Impostos, Taxas e Contribuições	41.300	6.599	(2.705)	9.709
Imposto de Renda e Contribuição Social	(383.595)	(213.184)	(309.918)	(201.411)
Salários e Contribuições Sociais	(5.787)	(5.305)	(5.565)	(7.091)
Encargos Regulatórios	19.955	(9.422)	17.973	(11.322)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(439.592)	(376.965)	(406.727)	(339.077)
Obrigações Pós-Emprego	(22.601)	(21.216)	(22.601)	(21.216)
Outros	3.728	43.120	(19.742)	(18.058)
	<u>(803.320)</u>	<u>(603.376)</u>	<u>(757.284)</u>	<u>(599.616)</u>
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	944.531	980.145	765.940	959.531
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e Valores Mobiliários	(347.132)	(391.338)	(333.088)	(390.511)
No Ativo Financeiro	(45.677)	(28.182)	(42.528)	(16.450)
Em Investimentos	(172)	-	(104.019)	(108.132)
No Imobilizado	(205.780)	(228.673)	(44.818)	(24.702)
No Intangível	(376)	(19.099)	(67)	(166)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(599.137)	(667.292)	(524.520)	(539.961)

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.876.718	59.213	2.363.143	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(2.641.171)	(87.132)	(2.601.765)	(65.398)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(439.019)	(445.754)	(439.001)	(445.754)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(203.472)	(473.673)	(677.623)	(511.152)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	141.922	(160.820)	(436.203)	(91.582)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	1.550.033	1.761.817	1.150.309	1.402.213
No fim do período	1.691.955	1.600.997	714.106	1.310.631
	141.922	(160.820)	(436.203)	(91.582)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	452.214	390.474	404.282	288.757
Imposto de renda e Contribuição Social	317.210	196.291	295.587	196.133

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2012		30/06/2011		30/06/2012		30/06/2011	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	3.049.314		2.575.145		2.732.145		2.364.094	
Receita de Construção	45.754		28.182		42.528		16.450	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.702)		-		(7.702)		-	
	3.087.366		2.603.327		2.766.971		2.380.544	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(264.592)		(308.671)		(260.007)		(308.659)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(143.369)		(126.448)		(145.592)		(130.353)	
Serviços de Terceiros	(90.187)		(65.665)		(60.594)		(57.123)	
Materiais	(8.047)		(9.424)		(6.427)		(7.256)	
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(45.677)		(28.182)		(42.528)		(16.450)	
Outros Custos Operacionais	(19.717)		(16.971)		(17.365)		(14.501)	
	(571.589)		(555.361)		(532.513)		(534.342)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.515.777		2.047.966		2.234.458		1.846.202	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(180.686)		(184.169)		(167.569)		(172.164)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.335.091		1.863.797		2.066.889		1.674.038	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.458)		-		74.681		58.009	
Receitas Financeiras	118.783		137.852		59.886		118.653	
	117.325		137.852		134.567		176.662	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.452.416		2.001.649		2.201.456		1.850.700	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Empregados	178.286	7,27	144.321	7,01	164.438	7,47	133.576	7,01
Remuneração direta	122.635	5,00	97.523	4,74	111.628	5,07	88.449	4,64
Benefícios	41.447	1,69	36.607	1,78	39.275	1,78	35.453	1,86
FGTS	8.216	0,34	7.445	0,36	7.548	0,35	6.928	0,36
Outras	5.988	0,24	2.746	0,13	5.987	0,27	2.746	0,15
Impostos, Taxas e Contribuições	1.091.015	44,49	867.841	44,11	1.028.137	46,70	817.123	44,98
Federais	861.973	35,15	674.180	34,69	802.576	36,46	625.091	34,89
Estaduais	226.108	9,22	192.420	9,36	224.573	10,20	191.234	10,04
Municipais	2.934	0,12	1.241	0,06	988	0,04	798	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	462.762	18,87	477.815	23,99	288.528	13,11	388.329	21,14
Juros	452.102	18,43	467.957	23,53	279.360	12,70	379.318	20,69
Aluguéis	10.660	0,44	9.858	0,46	9.168	0,41	9.011	0,45
Remuneração de Capitais Próprios	720.353	29,37	511.672	24,88	720.353	32,72	511.672	26,87
Lucros Acumulados	720.353	29,37	511.672	24,88	720.353	32,72	511.672	26,87
	2.452.416	100,00	2.001.649	100,00	2.201.456	100,00	1.850.700	100,00

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012****(Em Milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 52 Usinas, sendo 46 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 2 Termelétricas e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO**2.1 Declaração de Conformidade**

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1)– Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), no interesse da tempestividade e por considerações de custos, bem como para evitar repetições de informações previamente divulgadas, a entidade pode ser requerida a divulgar menos informações nos períodos intermediários do que em suas demonstrações contábeis anuais. Entretanto, define o conteúdo mínimo da demonstração contábil intermediária como sendo as demonstrações contábeis condensadas e as notas explicativas selecionadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas da Companhia e as Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Reclassificação de Saldos Contábeis

Conta de origem	Consolidado	Controladora	Conta de Reclassificação	Consolidado	Controladora
Demonstração de Resultado	30/06/2011	30/06/2011	Demonstração de Resultado	30/06/2011	30/06/2011
Participação dos Empregados	5.093	5.093	Outras Despesas Operacionais	(5.093)	(5.093)
Receitas Financeiras	(1.712)	(1.712)	Despesas Financeiras	1.712	1.712
Outras Despesas Operacionais	17.103	18.047	Despesas Gerais e Administrativas	(17.103)	(18.047)
Pessoal e Administradores	99	-			
Materiais	16	-			
Serviços de Terceiros	2.076	1			
Depreciação e Amortização	37.220	38.784			
Reversões (Provisões) Operacionais	(9.805)	(9.805)			
Outros custos de operação	(7.632)	(8.242)	Despesas Gerais e Administrativas	(21.974)	(20.738)
	21.974	20.738		21.974	20.738
Demonstração do Fluxo de Caixa	30/06/2011	30/06/2011	Demonstração do Fluxo de Caixa	30/06/2011	30/06/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Baixas Líquidas de Imobilizado, Intangível e Ativo Financeiro	(9.390)	(4.018)	Outros	9.390	4.018
Outros ativos circulantes	414	(183)			
Outros Realizáveis a longo prazo	(30.722)	(11.763)	Outros	30.308	11.946
	(30.308)	(11.946)		30.308	11.946
Depreciação e Amortização	2.153	-	Outros	(2.153)	-
Ativo Financeiro da Concessão	(126.479)	-	Juros e Variações Monetárias	126.479	-
	(124.326)	-		124.326	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(258.506)	(250.001)	Impostos Federais	258.506	250.001
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(390.474)	(288.757)	Juros e Variações Monetárias	390.474	288.757
Tributos e Contribuição Social	(257.859)	-	Tributos Compensáveis	141.117	-
	(257.859)	-	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	71.420	-
			Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	45.322	-
				257.859	-
Demonstração do Valor Adicionado	30/06/2011	30/06/2011	Demonstração do Valor Adicionado	30/06/2011	30/06/2011
Venda de Energia e Serviços	(28.182)	(16.450)	Receita de Construção	28.182	16.450
Venda de Energia e Serviços	(12.545)	-			
Depreciação e Amortização	(2.153)	-			
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(14.698)			
Receitas Financeiras	-	(1.704)	Juros	(14.698)	(16.402)
	(14.698)	(16.402)		(14.698)	(16.402)
Outros Custos Operacionais	(1.366)	(16.450)	Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	16.450
Receitas Financeiras	(1.713)	-	Juros	(3.079)	-
	(3.079)	-		(3.079)	16.450
			Impostos, Taxas e Contribuições - Federais	(39.327)	(39.338)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(27.309)	(27.309)	Juros	(10)	-
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(11.590)	(11.591)	Aluguéis	438	438
	(38.899)	(38.900)		(38.899)	(38.900)
Demonstrações Das Mutações Do Patrimônio Líquido	30/06/2011	30/06/2011	Demonstrações Das Mutações Do Patrimônio Líquido	30/06/2011	30/06/2011
Reservas Ajustes Conversão			Reserva de Ajustes de Avaliação		
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(182)	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	182	-
	(182)	-		182	-

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar um melhor entendimento dos seguintes itens:

Na Demonstração de Resultados

- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais em 2011, foi reclassificada para outras despesas operacionais por se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Resultado Financeiro Líquido: foi efetuada a segregação entre Receita Financeira e Despesa Financeira. O ajuste a valor presente é feito para as debêntures de Irapé e para as concessões onerosas por terem taxas diferentes das praticadas no mercado.

Na Demonstração do Valor Adicionado

- Reclassificação da Receita de Construção e Custo de Construção alocados anteriormente dentro das contas Receita de Venda de Energia e Serviços e em Outros Custos Operacionais.
- Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentadas líquidas dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo no segundo trimestre de 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais.

Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Informações Contábeis Intermediárias.

2.3 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas de 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2012. A companhia entende que as atualizações relevantes referentes a situação patrimonial e desempenho da Companhia estão apresentadas nestas Informações trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do CPC. 21 (Demonstração intermediária).

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2011	ITR do 2T-2012	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios De Consolidação
5	4	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira
7	6	Consumidores e Revendedores
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Depósitos Vinculados a Litígios
12	11	Ativos Financeiros da Concessão
13	12	Investimentos
14	13	Imobilizado
15	14	Intangíveis
16	15	Fornecedores
17	16	Impostos, Taxas e Contribuições E Imposto de Renda e Contribuição Social
18	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	18	Encargos Regulatórios
20	19	Obrigações Pós-Emprego
21	20	Provisões para Contingências
22	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
23	22	Receita
24	23	Custos e Despesas Operacionais
25	24	Receitas e Despesas Financeiras
26	25	Transações com Partes Relacionadas
27	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	27	Mensuração Pelo Valor Justo
32	28	Demonstrações do Valor Adicionado - DVA
33	29	Demonstrações Segregadas por Atividade Consolidado
34	30	Demonstrações Segregadas por Empresa
35	31	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2011 que foram suprimidas nos ITR's pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais
31	Revisão Tarifária de Transmissão

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir:

	Forma de Consolidação	Participação direta no capital total - %	
		30/06/2012	30/06/2011
Controlada			
Cemig Baguari Energia S.A.	Integral	100,00	100,00
Controladas em conjunto			
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	Proporcional	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	Proporcional	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	Proporcional	56,69	56,69
Lightger	Proporcional	49,00	49,00

A participação é dada sobre o capital total da controlada e controladas em conjunto. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, suportado por acordo de acionistas.

A controlada em conjunto Amazônia Energia, possui investimentos na Norte Energia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Em decorrência disso, o efeito proporcional do resultado com equivalência, no montante de R\$1.458, é reconhecido na Demonstração de Resultado a Cemig Geração e Transmissão pela consolidação da Amazônia Energia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	33.666	38.748	5.624	2.039
Aplicações Financeiras:				
Certificados de depósitos bancários	918.615	1.236.107	646.623	976.474
Letras Financeiras do tesouro	7.787	49.385	7.173	33.702
Letras do Tesouro Nacional	33.481	22.004	-	6.551
Letras Financeiras – Bancos	92.419	124.400	-	97.959
Operações Compromissadas	507.121	-	-	-
Outros	98.866	79.389	54.686	33.584
	1.658.289	1.511.285	708.482	1.148.270
	1.691.955	1.550.033	714.106	1.150.309

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Certificados de depósitos bancários	395.016	170.492	384.155	170.239
Letras Financeiras Bancos	117.607	-	114.171	-
Letras Financeiras do tesouro	-	-	-	-
Outros	5.001	-	5.001	-
	517.624	170.492	503.327	170.239
Circulante	450.106	170.492	447.037	170.239
Não Circulante	67.518	-	56.290	-

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				30/06/2012	31/12/2011
Consolidado					
Industrial	208.063	33.073	16.500	257.636	255.369
Comércio, Serviços e Outras	3.297	-	-	3.297	2.419
Suprimento a Outras Concessionárias	135.957	36.980	7.793	180.730	190.262
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	41.313	-	27.690	69.003	23.779
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(12.331)	(12.331)	(4.629)
	388.630	70.053	39.652	498.335	467.200

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Controladora	
				30/06/2012	31/12/2011
Controladora					
Industrial	203.393	33.073	16.500	252.966	247.682
Comércio, Serviços e Outras	3.212	-	-	3.212	2.331
Suprimento a Outras Concessionárias	124.725	36.980	7.793	169.498	185.787
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	41.126	-	27.690	68.816	23.779
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(12.331)	(12.331)	(4.629)
	372.456	70.053	39.652	482.161	454.950

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS a Recuperar	19.376	19.186	17.828	18.093
PASEP	4.975	6.109	1.949	1.842
COFINS	22.065	28.804	9.056	8.563
Outros	3.460	2.100	1.230	1.136
	49.876	56.199	30.063	29.634
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	26.714	27.192	26.697	24.716
PASEP	1.304	848	1.032	750
COFINS	6.010	3.907	4.756	3.455
Outros	1.488	-	-	-
	35.516	31.947	32.485	28.921
	85.392	88.146	62.548	58.555

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2012 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de Impostos de Renda e contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de Renda	35.798	41.580	22.764	22.214
Contribuição Social	7.385	7.194	4.878	4.655
	43.183	48.774	27.642	26.869
Não Circulante				
Imposto de Renda	6.728	4.012	-	-
Contribuição Social	2.387	45	-	-
	9.115	4.057	-	-
	52.298	52.831	27.642	26.869

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Ativo				
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal / Base negativa	231.499	231.126	-	-
Obrigações Pós-Emprego	86.446	83.995	86.446	83.995
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.192	1.574	4.192	1.574
Variação Cambial	35.666	35.666	35.666	35.666
Taxa Administração – IFRS	741	741	741	741
Concessão onerosa – IFRS	58.987	58.049	58.470	58.049
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308	25.308
Provisões	5.008	4.878	5.008	4.878
Ágio na Incorporação	84.099	83.964		-
Outros	54.960	52.477	8.828	5.139
	586.906	577.778	224.659	215.350
Passivo				
Imposto de Renda	(510.802)	(551.562)	(366.387)	(385.743)
Contribuição Social	(182.138)	(196.894)	(131.899)	(138.867)
	(692.940)	(748.456)	(498.286)	(524.610)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	177.605	577.778	-	215.350
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	(283.639)	(748.456)	(273.627)	(524.610)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.070.464	766.715	1.045.133	739.702
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(363.958)	(260.684)	(355.345)	(251.499)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	4.467	3.178	4.467	3.178
Resultado de Equivalência Patrimonial	(437)	-	30.912	24.721
Contribuições e Doações Inedutíveis	(1.018)	(535)	(1.018)	(535)
Créditos Fiscais não reconhecidos	196	6	196	6
Outros	10.639	2.992	(3.992)	(3.901)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(350.111)	(255.043)	(324.780)	(228.030)
Imposto Corrente	(400.665)	(258.506)	(367.336)	(250.001)
Imposto Diferido	50.554	3.463	42.556	21.971
Alíquota Efetiva	32,71%	33,26%	31,08%	30,83%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Trabalhista	36.412	35.874	36.232	35.615
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233	101.233	101.233
Outros	2.686	2.861	2.686	2.861
Outros	10.786	9.125	3.874	2.787
	159.131	157.107	152.039	150.510

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 destas Informações Contábeis Intermediárias.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011, os contratos de concessão de transmissão da Companhia e suas controladas em conjunto estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig Geração e Transmissão, suas controladas em conjunto e a ANEEL.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Concessões de transmissão novas	3.651.069	3.735.412
Concessões de transmissão antigas	778.856	758.338
	4.429.925	4.493.750
Circulante	531.786	696.199
Não Circulante	3.898.139	3.797.551

A movimentação dos ativos refere-se basicamente a atualização financeira dos ativos de transmissão.

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011
Hidrelétrica Cachoeirão	28.392	26.702
Guanhães Energia	10.463	10.443
Hidrelétrica Pipoca	21.958	19.511
Cemig Baguari Energia	8	22
Madeira Energia	251.603	165.558
Lightger	38.878	39.084
Baguari Energia	189.611	198.041
EBTE	148.442	143.770
Central Eólica Praias de Parajuru	60.130	61.547
Central Eólica Volta do Rio	80.005	82.392
Central Eólica Praias de Morgado	60.462	63.629
TAESA	1.899.938	2.060.362
Amazônia Energia	108.232	109.518
	2.898.122	2.980.579

a) Ágio na aquisição de Participação

O ágio na aquisição das empresas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	31/12/2011	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2012
Hidrelétrica Cachoeirão	26.702	3.371	-	(1.681)	-	28.392
Guanhães Energia	10.443	20	-	-	-	10.463
Hidrelétrica Pipoca	19.511	2.447	-	-	-	21.958
Cemig Baguari Energia	22	(14)	-	-	-	8
Madeira Energia	165.558	(17.944)	104.098	-	(109)	251.603
Baguari Energia	198.041	8.110	-	(16.540)	-	189.611
EBTE	143.770	4.672	-	-	-	148.442
Central Eólica Praias de Parajuru	61.547	(1.447)	-	-	30	60.130
Central Eólica Volta do Rio	82.392	(2.387)	-	-	-	80.005
Central Eólica Praias de Morgado	63.629	(3.167)	-	-	-	60.462
TAESA	2.060.362	82.512	-	(242.936)	-	1.899.938
Lightger	39.084	(206)	-	-	-	38.878
Amazônia Energia	109.518	(1.286)	-	-	-	108.232
	2.980.579	74.681	104.098	(261.157)	(79)	2.898.122

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de junho 2012			Janeiro a junho de 2012	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	57.943	3.404	6.879
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.353	-	41
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	44.812	-	5.318
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	8	-	(14)
Madeira Energia	3.358.677.500	10,00	3.222.080	2.516.033	-	(179.442)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	273.263	23.837	11.929
EBTE	263.058.339	49,00	263.058	302.944	-	9.535
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	122.714	-	(1.339)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	163.276	-	(2.205)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	123.392	-	(3.179)
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	79.343	-	(418)
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.535	3.351.452	428.534	169.768
Amazônia Energia	148.001.603	74,50	148.002	145.277	-	(1.958)

13. IMOBILIZADO

Controladora	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	16.521.386	(11.169.597)	5.351.789	16.543.068	(11.029.393)	5.513.675
Terrenos	374.817	-	374.817	380.056	-	380.056
Reservatórios, Barragens e Aduoras	7.158.835	(4.769.014)	2.389.821	7.226.198	(4.713.126)	2.513.072
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.072.003	(1.462.879)	609.124	1.994.393	(1.444.911)	549.482
Máquinas e Equipamentos	6.890.253	(4.919.623)	1.970.630	6.916.242	(4.853.417)	2.062.825
Veículos	15.172	(8.369)	6.803	15.738	(8.141)	7.597
Móveis e Utensílios	10.306	(9.712)	594	10.441	(9.798)	643
Em Curso	202.661	-	202.661	164.078	-	164.078
Ativos em Formação	202.661	-	202.661	164.078	-	164.078
Imobilizado Líquido - Controladora	16.724.047	(11.169.597)	5.554.450	16.707.146	(11.029.393)	5.677.753

Consolidado	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	17.592.715	(11.186.515)	6.406.200	16.842.179	(11.047.803)	5.794.376
Terrenos	379.285	-	379.285	382.480	-	382.480
Reservatórios, Barragens e Aduoras	7.880.113	(4.772.125)	3.107.988	7.276.537	(4.715.304)	2.561.233
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.146.753	(1.465.044)	681.709	2.013.609	(1.447.103)	566.506
Máquinas e Equipamentos	7.159.651	(4.930.549)	2.229.102	7.141.942	(4.866.818)	2.275.124
Veículos	15.403	(8.528)	6.875	15.969	(8.278)	7.691
Móveis e Utensílios	11.510	(10.269)	1.241	11.642	(10.300)	1.342
Em Curso	826.411	-	826.411	1.405.259	-	1.405.259
Ativos em Formação	826.411	-	826.411	1.405.259	-	1.405.259
Imobilizado Líquido - Controladora	18.419.126	(11.186.515)	7.232.611	18.247.438	(11.047.803)	7.199.635

A movimentação do imobilizado é como segue:

Controladora	Saldo em 31/12/2011	Adição /Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2012
Em Serviço	5.513.675	6.235	(227)	(937)	(166.957)	5.351.789
Terrenos	380.056	-	(5.239)	-	-	374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.513.072	345	(59.137)	-	(64.459)	2.389.821
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	549.482	-	79.310	-	(19.668)	609.124
Máquinas e Equipamentos	2.062.825	5.886	(15.192)	(937)	(81.952)	1.970.630
Veículos	7.597	-	31	-	(825)	6.803
Móveis e Utensílios	643	4	-	-	(53)	594
Em Curso	164.078	38.583	-	-	-	202.661
Imobilizado Líquido - Controladora	5.677.753	44.818	(227)	(937)	(166.957)	5.554.450

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição /Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2012
Em Serviço	5.794.376	784.124	(227)	(937)	(171.136)	6.406.200
Terrenos	382.480	2.044	(5.239)	-	-	379.285
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.561.233	671.284	(59.137)	-	(65.392)	3.107.988
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	566.506	56.327	79.310	-	(20.434)	681.709
Máquinas e Equipamentos	2.275.124	54.462	(15.192)	(937)	(84.355)	2.229.102
Veículos	7.691	-	31	-	(847)	6.875
Móveis e Utensílios	1.342	7	-	-	(108)	1.241
Em Curso	1.405.259	(578.848)	-	-	-	826.411
Imobilizado Líquido - Controladora	7.199.635	205.276	(227)	(937)	(171.136)	7.232.611

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêm que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

14. INTANGÍVEIS

Controladora	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	71.010	(41.052)	29.958	72.276	(40.284)	31.992
Servidão	12.877	(1.675)	11.202	12.877	(1.585)	11.292
Concessão Onerosa	25.428	(8.251)	17.177	26.755	(7.937)	18.818
Outros	32.705	(31.126)	1.579	32.644	(30.762)	1.882
Em Curso	1.534	-	1.534	1.530	-	1.530
Ativos em formação	1.534	-	1.534	1.530	-	1.530
Intangível Líquido - Controladora	72.544	(41.052)	31.492	73.806	(40.284)	33.522

Consolidado	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	549.604	(94.814)	454.790	532.064	(85.781)	446.283
Servidão	12.989	(1.675)	11.314	12.989	(1.585)	11.404
Concessão Onerosa	46.689	(8.524)	38.165	26.755	(7.937)	18.818
Direito de Exploração de Concessão	454.449	(50.963)	403.486	455.331	(43.065)	412.266
Outros	35.477	(33.652)	1.825	36.989	(33.194)	3.795
Em Curso	4.645	-	4.645	23.574	-	23.574
Ativos em formação	4.645	-	4.645	23.574	-	23.574
Intangível Líquido - Consolidado	554.249	(94.814)	459.435	555.638	(85.781)	469.857

A movimentação do Ativo Intangível Consolidado em 2012 é como segue:

Consolidado	31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	30/06/2012
Em Serviço	446.283	-	(1.752)	(9.046)	19.305	454.790
Servidão	11.404	-	-	(88)	(2)	11.314
Concessão Onerosa	18.818	-	(1.220)	(587)	21.154	38.165
Direito de Exploração de Concessão	412.266	-	(532)	(8.004)	(244)	403.486
Outros	3.795	-	-	(367)	(1.603)	1.825
Em Curso	23.574	376	-	-	(19.305)	4.645
Ativos em formação	23.574	376	-	-	(19.305)	4.645
Total	469.857	376	(1.752)	(9.046)	-	459.435

15. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	82.908	64.389	79.593	65.603
Materiais e Serviços	87.584	119.540	29.120	51.110
	170.492	183.929	108.713	116.713
Circulante	165.438	182.166	108.510	116.509
Não Circulante (*)	5.054	1.763	203	204

(*)Apresentado como outros passivos circulantes

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008. Entretanto, a partir de agosto de 2011, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, a Companhia optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS	37.636	35.610	36.303	34.462
COFINS	27.645	25.245	25.113	23.038
PASEP	6.226	5.496	5.588	5.002
INSS	4.092	5.070	3.539	4.488
Outros	4.771	7.501	2.653	3.458
	80.370	78.922	73.196	70.448
Não Circulante				
COFINS	168.635	135.862	83.175	87.656
PASEP	36.576	29.497	18.058	19.030
	205.211	165.359	101.233	106.686
	285.581	244.281	174.429	177.134

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

As Obrigações Diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social da controladora referem-se, substancialmente, ao efeito de diferenças temporárias. As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição social, registradas no Ativo Circulante, serão compensadas com as antecipações constantes no Ativo, na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de Renda	45.576	25.906	36.550	-
Contribuição Social	20.072	9.582	13.945	-
	66.648	35.488	50.495	-

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Trimestrais.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/06/2012						31/12/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	1.387
BID - ATE II (10)	2022	Libor + spread de 1,7 a 2,2% a.a.	USD	3.806	51.712	55.518	52.902
BID - ATE III (10)	2023	Libor + spread de 1,5 a 1,88% a.a.	USD	8.512	87.528	96.040	92.561
Dívida referente a Moeda Estrangeira				12.318	139.240	151.558	146.850
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	490.835	-	490.835	492.838
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	24.916	16.455	41.371	46.215
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	30.434	-	30.434	32.516
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	914.166	-	914.166	918.661
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	85.646	-	85.646	87.064
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	1.595	-	1.595	1.605
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.990	99.835	107.825	111.678
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	504	455	959	69.925
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	38.471	29.495	67.966	1.550
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)	2031	IGP-M	R\$	-	49.740	49.740	46.896
Debêntures (1) (13)	2015	IPCA + 7,68*	R\$	1.354.695	-	1.354.695	1.369.385
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2015	0,042**	R\$	(1.211)	-	(1.211)	(1.448)
Debêntures (1) (13)	2012	CDI + 0,90*	R\$	-	-	-	1.754.782
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2012	0,1051**	R\$	-	-	-	(68)
Debêntures (1) (13)	2017	CDI + 0,90	R\$	497.164	-	497.164	-
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2017	0,101	R\$	(226)	-	(226)	-
Debêntures (1) (13)	2019	IPCA + 6	R\$	208.311	-	208.311	-
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2019	0,007	R\$	(326)	-	(326)	-
Debêntures (1) (13)	2022	IPCA + 6,20	R\$	697.308	-	697.308	-
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2022	0,005	R\$	(95)	-	(95)	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.926	6.399	19.325	25.603
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	14.169	-	14.169	15.339
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	51.937	39.487	91.424	92.972
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.260	13.545	17.805	19.917
Consórcio Pipoca (6)	2011	IPCA	R\$	185	-	185	185
Unibanco S.A.(2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	363	5.057	5.420	5.768
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	1.366	20.036	21.402	22.768
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	2.813	361.736	364.549	349.505
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	143.703	76.006	219.709	207.094
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	1.449	370.535	371.984	354.783
Banco da Amazônia (4)	2029	TJLP + 4,0	R\$	296	55.842	56.138	54.807
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.180	35.380	38.560	39.961
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	7.178	56.226	63.404	64.784
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.874	45.035	50.909	52.109
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.563	83.676	93.239	95.267
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "A" e "C" (10)	2018	UMBNDDES + 4,0%	R\$	334	1.506	1.840	66.932
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "B" e "D" (10)	2018	TJLP + 4,0%	R\$	1.759	7.876	9.635	9.852
BNDES - NTE-SUBCREDITO "C" (10)	2016	UMBNDDES + 5,0%	R\$	1.789	5.437	7.226	1.863
BNDES - NTE-SUBCREDITO "A" e "B" (10)	2016	TJLP + 5,0%	R\$	10.779	32.655	43.434	10.499
CEF (10) (13)	2016	117,5 do CDI*	R\$	2.428	7.124	9.552	7.538
CEF (Custo de Transação) (10) (13)	2016	0,0059**	R\$	(58)	(74)	(132)	48.768
FINAME - SUBCREDITO "A" SANTANDER (10)	2019	70% - Taxa fixa 8,70% a.a.	R\$	4	333	337	336
FINAME - SUBCREDITO "B" SANTANDER (10)	2019	20% - TJLP + 4,2% a.a.	R\$	1	95	96	96
Sindicato Bancos (10)	2013	CDI + 0,90	R\$	9.234	4.592	13.826	18.462
BNDES (11)	2024	TJLP + 2,56	R\$	5.609	64.010	69.619	670.247
BNDES (11)	2019	4,5% AA	R\$	1.436	9.084	10.520	(1.115)
Banco Itaú S/A	2012	-	R\$	(7.010)	-	(7.010)	-
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAÚ) (10) (13)	2012	CDI + 105,5%*	R\$	702.754	-	702.754	10.753
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAÚ) CUSTO TRANS. (10) (13)	2012	0,0019**	R\$	(496)	-	(496)	(168)
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAÚ) (10) (13)	2012	CDI + 104%	R\$	517.372	-	517.372	-
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAÚ) CUSTO TRANS. (10) (13)	2012	TJLP+4,0	R\$	(83)	-	(83)	-
BNDES (10)	2018	TJLP + 4,0% a.a.	R\$	6.146	30.970	37.116	40.131
BNDES (10)	2018	Cesta de Moedas	R\$	1.045	5.833	6.878	6.904
BNDES (10)	2019	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	R\$	7.776	49.123	56.899	60.708
BNDES (10)	2019	Cesta de Moedas	R\$	1.986	13.909	15.895	15.752
BNDES (10)	2017	TJLP + 5,0% a.a.	R\$	3.166	11.377	14.543	16.104
BNDES (10)	2017	Cesta de Moedas	R\$	291	2.176	2.467	2.476
Unibanco	2013	TJLP + 3,8%a.a.	R\$	446	-	446	669
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	CDI + 1,30%*	R\$	22.461	195.592	218.053	207.148
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10) (13)	2015	0,00013**	R\$	(243)	(200)	(443)	(719)
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	IPCA + 7,91%*	R\$	12.289	162.030	174.319	163.522
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10) (13)	2015	0,00013**	R\$	(202)	(165)	(367)	(353)
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2017	106,0% do CDI*	R\$	1.922	462.051	463.973	464.656
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (CUSTO TRANSAÇÃO) (1) (10) (13)	2017	0,000069**	R\$	(477)	(1.305)	(1.782)	(2.020)
BNDES (14)	2028	URTJ + 1,97	R\$	4.164	59.418	63.582	49.588
Dívida referente à Moeda Nacional				5.916.061	2.488.387	8.404.448	8.201.090
Total Geral				5.928.379	2.627.627	8.556.006	8.347.940

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07. A taxa utilizada é de 12,5%.
- (4) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (7) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (8) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (9) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (10) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto TAESA
- (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EBTE
- (12) 3^a Emissão de Notas Promissórias da Companhia
- (13) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :
- (14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto LIGHT GER

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

Os valores captados pelas controladas em conjunto estão reconhecidos proporcionalmente à participação da controladora.

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar (1)	6.493	11.938	12.550	13.401	14.800	15.916	18.323	58.137	151.558
Indexadores									
UMBNDDES (2)	1.078	2.092	2.092	2.092	1.357	328	27		9.066
IGP-M (3)	-	-	-	-	-	-	-	49.740	49.740
FINEL (4)	7.594	11.731	-	-	-	-	-	-	19.325
IPCA (5)	215.345	570.739	485.739	499.366	-48	-48	101.302	780.142	2.652.537
CDI (6)	2.217.541	563.099	487.840	187.647	111.503	590.463	-	-	4.158.093
TJLP/URTJ	38.181	79.145	99.751	112.514	111.576	104.745	102.136	842.062	1.490.110
Outros	1.705	3.503	3.788	3.805	3.823	3.402	3.028	2.523	25.577
	2.481.444	1.230.309	1.079.210	805.424	228.211	698.890	206.493	1.674.467	8.404.448
	2.487.937	1.242.247	1.091.760	818.825	243.011	714.806	224.816	1.732.604	8.556.006

(1) Dólar Norte-Americano

(2) Unidade Monetária BNDES - UMBNDDES

(3) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(4) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL

(5) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(6) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada em 2012 %	Indexadores	Varição Acumulada em 2012 %
Dólar Norte-americano	7,76%	IGP-M	3,19%
Euro	5,19%	IPCA	2,32%
		CDI	4,59%
		FINEL	0,63%

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.347.940	5.087.002
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.876.718	2.363.143
Variação monetária e cambial	68.593	50.592
Encargos financeiros provisionados	343.518	196.823
Ajuste a valor presente	(2.102)	(2.102)
Encargos Financeiros Pagos	(452.214)	(404.282)
Amortização de financiamentos	(2.641.171)	(2.601.765)
Custo de captação de financiamentos	(766)	(675)
Capitalização	13.994	-
Amortização de custo de captação de financiamentos	1.496	332
Saldo em 30 de junho de 2012	8.556.006	4.689.068

a) Emissão de Debêntures da Companhia

Em março de 2012, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

b) Emissão de Notas Promissórias pela TAESA

Em 25 de maio de 2012 a TAESA emitiu 181 (cento e oitenta e uma) notas promissórias com valor nominal unitário de R\$ 5.000, perfazendo um valor total de R\$ 905.000 com vencimento para 20 de maio de 2013. A emissão foi aprovada por meio da AGE realizada em 23 de maio de 2012. Farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 104% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>). Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Notas Promissórias foram utilizados para o pagamento do contrato de Compra e Venda de Ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A na sociedade União de Transmissoras de energia Elétrica S.A – Unisa.

c) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

As principais cláusulas restritivas são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 105%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 61%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não atendeu à cláusula restritiva, Dívida/Patrimônio Líquido+Dívida. Nossa posição para esse índice em 30 de junho de 2012 foi de 62,20%, superior ao limite estabelecido de 61%, conforme mencionado acima. O consentimento de que o credor não irá exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foi obtido em data posterior a 30 de junho de 2012, por esse motivo os contratos cuja cláusula não foi atendida estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência da cláusula restritiva não atendida foi de R\$2.882.369.

Em 13 de agosto de 2012 a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) do credor, de que não irá exigir o vencimento antecipado da obrigação.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR	21.543	19.373	19.682	16.379
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	15.909	9.333	15.909	9.333
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	11.175	6.505	11.175	6.505
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.023	1.608	1.595	1.598
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.087	3.838	4.087	3.838
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.102	2.664	2.689	2.548
Pesquisa e Desenvolvimento	111.660	106.286	89.562	86.596
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.706	1.643	1.439	1.368
	171.205	151.250	146.138	128.165
Passivo Circulante	84.354	80.967	59.493	58.003
Passivo Não Circulante	86.851	70.283	86.645	70.162

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	191.782	124.240	6.729	115.701	438.452
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	10.758	8.002	156	6.839	25.754
Contribuições Pagas	(14.811)	(6.236)	(97)	(1.457)	(22.601)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012	187.729	126.006	6.788	121.083	441.605
Passivo Circulante					13.750
Passivo Não Circulante					427.855

A Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2012
Trabalhistas	8.112	328	(1.196)	7.244
Cíveis				
Relações de Consumo	212	(131)	-	81
Outras ações cíveis	199	7	(1)	205
	411	(124)	(1)	286
Tributárias	1.217	5	-	1.222
Ambientais	3.890	140	-	4.030
Regulatórias	179	221	-	400
Outras	538	(187)	(1)	350
Total	14.347	383	(1.198)	13.532

	Consolidado			Saldo em 30/06/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	
Trabalhistas	8.412	328	(879)	7.861
Cíveis				
Relações de Consumo	212	(131)	-	81
Outras ações cíveis	1.261	7	(80)	1.188
	1.473	(124)	(80)	1.269
Tributárias	1.336	5	-	1.341
Ambientais	56.152	1.189	(5.714)	51.627
Regulatórias	179	221	-	400
Outras	538	(187)	(1)	350
Total	68.090	1.432	(6.674)	62.848

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Obrigações Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$28.979 (R\$25.910 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$7.861 foram provisionados (R\$8.412 em 31 de dezembro de 2011).

Ações de Natureza Ambiental

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante, aproximado, de R\$55.810 (R\$60.661 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$51.627 (R\$56.152 em 31 de dezembro de 2011) foram provisionados pela Companhia.

A Santo Antônio Energia constituiu provisões socioambientais relativas às estimativas dos gastos que serão incorridos a fim de mitigar os impactos ambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos na Licença de Instalação nº 540 de 2008, no valor de R\$404.188 (R\$452.643 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$40.419 (R\$45.264 em 31 de dezembro de 2011). Os gastos ambientais provisionados foram registrados como custo do Imobilizado em Curso - Reservatórios, barragens e adutoras.

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversas outras ações civis públicas, tendo em vista que a maioria destas ações está relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidas no curso do processo, na sua maioria. Tais ações podem beneficiar terceiros que não as partes diretamente envolvidas, e esses terceiros poderão ter direito a outras reparações ou indenizações.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$47.660 (R\$46.006 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$277.402 (R\$265.117 em 31 de dezembro de 2011).

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$56.552 (R\$78.165 em 31 de dezembro de 2011).

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora Cemig, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor estimado do passivo contingente é de R\$1.039.813 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011). Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia será parcialmente impactada.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$129.710 (R\$123.900 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$50.339 (R\$22.665 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$3.296.785, representado, em 2012 e 2011, por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

O Conselho de Administração da Companhia, na Assembléia Geral Ordinária (AGO), realizada em 27 de abril de 2012, aprovou a destinação do resultado do exercício de 2011, no montante de R\$1.269.012, da seguinte forma:

- R\$63.451, relativos a 5% do resultado do exercício, para a constituição de Reserva Legal;
- R\$1.205.561, relativos a 95% do resultado do exercício, para pagamento de dividendos.

A Companhia destinou ainda como dividendos, uma parcela de R\$109.184, utilizando o saldo de lucros acumulados, advindo da reserva de ajuste de avaliação patrimonial.

A Companhia efetuou pagamentos, dentro do próprio exercício de 2011, de R\$223.011 como Juros Sobre Capital Próprio e R\$486.000 como dividendos intermediários. O valor restante, no montante de R\$605.734, está sendo pago no exercício corrente, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Até 30 de junho de 2012, já foram pagos R\$439.019.

Lucro por ação

O Lucro por ação foram calculados com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2012	30/06/2011	Abr a Jun/12	Abr a Jun/11
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	720.353	511.672	365.318	265.297
Lucro por ação (em R\$)	0,25	0,18	0,13	0,09

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	2.372.297	2.035.691	2.319.203	2.003.252
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	665.452	532.400	401.485	353.898
Receita de Construção	45.754	28.182	42.528	16.450
Outras receitas operacionais	11.565	7.054	11.457	6.944
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (b)	(644.426)	(548.870)	(613.877)	(529.417)
	2.450.642	2.054.457	2.160.796	1.851.127

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Controladora			
	MWh		R\$	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Industrial	9.755.394	9.594.360	1.314.203	1.163.958
Comercial	108.287	41.009	21.155	9.100
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	4.389	49.965
	9.863.681	9.635.369	1.339.747	1.223.023
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	6.870.273	7.176.168	764.325	702.767
Transações com energia na CCEE	2.461.336	2.606.050	215.131	77.462
Total	19.195.290	19.417.587	2.319.203	2.003.252

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

	Consolidado			
	MWh		R\$	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Industrial	9.776.644	9.617.284	1.319.631	1.171.615
Comercial	110.683	43.197	29.161	10.129
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	4.389	49.965
	9.887.327	9.660.481	1.353.181	1.231.709
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	7.005.310	7.306.979	786.541	719.654
Transações com energia na CCEE	2.467.673	2.612.314	217.062	77.928
Vendas no Proinfa	51.307	25.578	15.513	6.400
Total	19.411.617	19.605.352	2.372.297	2.035.691

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Tributos sobre a Receita				
ICMS	225.778	192.028	224.290	190.920
COFINS	210.520	183.390	197.328	176.051
PIS-PASEP	45.698	39.811	42.838	38.220
ISSQN	404	193	392	183
	482.400	415.422	464.848	405.374
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	67.825	55.719	58.359	48.737
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.549	18.081	23.549	18.081
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	33.250	30.424	33.250	30.424
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.816	9.625	8.472	7.371
Fundo Nac. Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	8.602	7.387	8.472	7.373
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.294	3.692	4.236	3.685
PROINFA	12.690	8.520	12.691	8.372
	162.026	133.448	149.029	124.043
	644.426	548.870	613.877	529.417

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Pessoal (a)	158.363	144.978	143.595	132.114
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	29.432	5.093	27.583	5.093
Obrigações Pós-Emprego	14.996	13.892	14.996	13.892
Materiais	8.047	9.424	6.427	7.256
Serviços de Terceiros (b)	90.067	65.665	60.475	57.123
Depreciação e Amortização	180.686	184.169	167.569	172.164
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	91.858	70.434	91.172	70.114
Provisões Operacionais (reversão)	6.664	1.725	7.508	1.725
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	130.957	114.858	133.234	118.762
Energia Elétrica Comprada para Revenda	242.505	281.362	237.920	281.350
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	45.677	28.182	42.528	16.450
Outros Custos Operacionais Líquidos	46.122	36.468	37.862	32.735
	1.045.374	956.250	970.869	908.778

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Remunerações e Encargos	136.549	129.725	121.781	116.861
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	8.338	7.600	8.338	7.600
Benefícios Assistenciais	13.818	12.745	13.818	12.745
	158.705	150.070	143.937	137.206
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(6.329)	(7.838)	(6.329)	(7.838)
	152.376	142.232	137.608	129.368
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	5.987	2.746	5.987	2.746
	158.363	144.978	143.595	132.114

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Comunicação	4.624	4.886	2.842	3.678
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	20.206	9.098	10.216	6.999
Conservação e Limpeza de Prédios	10.259	10.569	9.730	10.526
Mão de Obra Contratada	3.404	2.407	3.202	2.018
Fretes e Passagens	2.351	1.528	1.190	1.308
Hospedagem e Alimentação	2.334	2.382	1.896	2.104
Vigilância	5.546	5.366	5.465	4.731
Consultoria	11.286	2.961	815	1.404
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.276	1.864	1.269	1.841
Manutenção e Conservação de Veículos	1.630	2.247	1.266	2.057
Energia Elétrica	2.260	2.655	1.873	2.389
Meio Ambiente	10.179	7.218	9.526	7.055
Limpeza de Faixas	1.142	132	1.142	132
Serviços de Reprografia	1.395	1.103	1.251	817
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	1.757	389	1.520	311
Outros	10.418	10.860	7.272	9.753
	90.067	65.665	60.475	57.123

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	76.981	125.632	52.299	106.683
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.426	2.894	1.421	2.894
Variação Monetária	7.940	4.993	2.020	4.858
Variações Cambiais	21.822	17	98	17
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(14)	(11)	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	475	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	1.684	1.680	1.656	1.680
Outras	8.455	2.636	2.392	2.521
	118.769	137.841	59.886	118.653
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(310.426)	(368.491)	(196.479)	(289.808)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(10.758)	(14.216)	(10.758)	(14.216)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(55.495)	(56.272)	(50.668)	(56.271)
Variações Cambiais	(32.369)	(83)	(27)	(83)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(12.435)	(12.510)	(11.664)	(12.510)
Variações Monetárias	(15.976)	(11.403)	(4.073)	(4.563)
Outras	(14.656)	(6.358)	(5.692)	(1.858)
	(452.115)	(469.333)	(279.361)	(379.309)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(333.346)	(331.492)	(219.475)	(260.656)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	7.018	-	-	-	-
Pessoal Cedido (2)	-	-	2.586	2.586	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	166.733	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação	-	-	-	18.066	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	13.458	14.819	-	-	51.834	56.455	(2.746)	(2.518)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	15.603	14.350	2.785	3.522	71.444	67.772	(17.922)	(21.166)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	121.475	115.026	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	1.400	1.308	-	-	(6.337)	(5.841)
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	-	-	130	130	14.508	13.546	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	135	138	1	1	2.475	1.960	(7)	(9)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (6)	18.804	19.186	36.577	35.610	(225.308)	(192.027)	-	-
Não Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (6)	26.697	27.192	-	-	-	-	-	-
Debêntures (4)	-	-	49.740	46.896	-	-	(2.845)	(7.131)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	13.750	17.048	-	-	(14.996)	(13.892)
Despesa de Pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(8.338)	(7.600)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(2.556)	(1.486)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	427.855	421.404	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	2.469	4.551	-	-	(4.357)	(4.234)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;
- (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (5) Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide Nota Explicativa nº 19 e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) As operações com ICMS registradas nas Informações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (7) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15, 16, 18, 21 e 22.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionário – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e “*swaps*” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria o Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia e Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego, Fornecedores e Concessões a Pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado, exceto quanto ao hedge de fluxo de caixa da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. cuja parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos com esta qualificação é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Consumidores e Revendedores	498.335	498.335	467.200	467.200
Concessionários - Transporte de Energia	152.164	152.164	145.407	145.407
Ativos Financeiros da Concessão	4.429.925	4.429.925	4.493.750	4.493.750
	5.080.424	5.080.424	5.106.357	5.106.357
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	96.138	96.138	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	421.486	421.486	170.492	170.492
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	170.492	170.492	183.929	183.929
Concessões a Pagar	162.247	162.247	131.091	131.091
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8.556.006	8.557.207	8.347.940	8.249.127
Obrigações Pós-Emprego	441.605	441.605	437.234	437.234
	9.330.350	9.331.551	9.100.194	9.001.381
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos Derivativos – Contrato de Swap	171	171	399	399
Instrumentos Derivativos - Contratos de Opção	764	764	1.096	1.096
Instrumentos Derivativos - Balcão	951	951	618	618

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar Norte-Americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de

junho de 2012, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	30/06/2012	31/12/2011
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	151.558	145.463
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	-	1.387
Passivo Líquido Exposto	151.558	146.850

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2013 será de 5,49% para o Dólar (R\$1,910). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco Exposições Cambiais - Consolidado	Cenário Base 30/06/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	151.558	143.235	179.044	214.853
Passivo Líquido Exposto	151.558	143.235	179.044	214.853
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	8.323	(27.486)	(63.295)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	1.658.289	1.511.285
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	517.624	170.492
Fundos Vinculados	8.298	8
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.158.093)	(4.880.763)
Passivo Líquido Exposto	(1.973.882)	(3.198.978)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de junho de 2013 será de 7,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/06/2012	Período até 30 de junho de 2013		
	Cenário Base SELIC 8,50%	Cenário Provável SELIC 7,50%	Cenário Possível SELIC 9,38%	Cenário Remoto SELIC 11,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	1.658.289	1.782.661	1.813.754	1.844.847
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	517.624	556.446	566.151	575.857
Fundos Vinculados	8.298	8.920	9.076	9.232
	2.184.211	2.348.027	2.388.981	2.429.935
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.158.093)	(4.469.950)	(4.547.914)	(4.625.878)
Passivo Líquido Exposto	(1.973.882)	(2.121.923)	(2.158.933)	(2.195.944)
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(148.041)	(185.051)	(222.062)

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto administram o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A Cemig Geração e Transmissão utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Companhia estabelece um caixa mínimo para suas operações.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	568.527	245.143	2.305.439	2.754.092	2.626.330	8.499.531
Concessões a pagar	156	3.964	10.034	46.219	80.452	140.825
	568.683	249.107	2.315.473	2.800.311	2.706.782	8.640.356
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	300	-	-	10.279	45.896	56.475
	568.983	249.107	2.315.473	2.810.590	2.752.678	8.696.831

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa no primeiro semestre de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$12.331.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma das cláusulas restritivas não foi atendida em junho de 2012. Vide Nota Explicativa nº 17 às Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovados mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

É esperada para 2012 uma definição pelo Governo Federal dos critérios para a renovação das concessões, quando então será possível determinar o impacto desses critérios nos resultados da Companhia.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela TAESA. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Por meio da controlada em conjunto Madeira, a Companhia possui hedge de fluxo de caixa destinado a proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco associado a um ativo ou passivo ou a uma transação futura altamente provável que podem impactar, de forma significativa, o resultado da Companhia. Trimestralmente são realizadas análises, pela controlada, com o objetivo de comprovar a efetividade das operações de hedge.

Os derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” e que se qualificarem para o hedge accounting devem ser devidamente documentados para este fim. A Companhia considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

O quadro a seguir apresenta os Instrumentos Derivativos contratados pelas controladas em conjunto da Companhia em 30 de junho de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
				30/06/2012	31/12/2011	Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2012
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	951	618	951	618	306	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	-	R\$2.375	-	3	-	3	-	-
TAESA											
ATE II Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2022	Swap	27.561	27.561	92	153	92	153	92	-
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2018	Swap	3.028	3.028	3	6	3	6	3	-
ATE III Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 05/2020	Swap	39.188	39.188	77	239	77	239	77	-
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	3.072	3.072	429	470	429	470	430	-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	3.229	3.229	334	511	334	511	334	-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	2.743	2.743	-	112	-	112	-	-
Total						1.886	2.112	1.886	2.112	1.241	-

(*) Empresas controladas pela TAESA.

- 1) Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- 3) Valores em Milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Mar/12)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que

possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
Total do Passivo	10.576.783	10.595.171
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.691.955)	(1.550.033)
Títulos e Valores Mobiliários	(517.624)	(170.492)
Passivo Líquido	8.367.204	8.874.646
Total do Patrimônio Líquido	5.200.586	5.086.076
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	(594)	(703)
Capital Ajustado	5.199.992	5.085.373
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,61	1,75

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho de 2012	Valor justo em 30 de junho de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	913.002	-	913.002	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	7.787	7.787	-	-
Letras do Tesouro Nacional (NTNs)	33.481	33.481	-	-
Letras Financeiras - Bancos	10.040	-	10.040	-
Operações Compromissadas	507.121	-	507.121	-
Outros	90.720	-	90.720	-
	1.562.151	41.268	1.520.883	-

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM, aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Em Milhares de Reais)

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais gestores das operações da Companhia, considerando os segmentos operacionais de Geração e Transmissão para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados a estes segmentos e para a avaliação de seus desempenhos de forma individualizada. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminação	Total
ATIVO	9.770.410	6.581.912	(574.953)	15.777.369
INVESTIMENTO	205.652	45.677	-	251.329
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.973.493	483.571	(6.422)	2.450.642
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(242.505)	-	-	(242.505)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(137.262)	(105)	6.410	(130.957)
	(379.767)	(105)	6.410	(373.462)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(92.115)	(66.248)	-	(158.363)
Participação dos Empregados	(18.615)	(10.817)	-	(29.432)
Obrigação Pós Emprego	(10.077)	(4.919)	-	(14.996)
Material	(4.287)	(3.760)	-	(8.047)
Serviços de Terceiros	(51.697)	(38.382)	12	(90.067)
Depreciação e Amortização	(180.232)	(454)	-	(180.686)
Provisões	(6.094)	(570)	-	(6.664)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(91.858)	-	-	(91.858)
Custo de Construção	-	(45.677)	-	(45.677)
Outras	(29.588)	(16.534)	-	(46.122)
	(484.563)	(187.361)	12	(671.912)
TOTAL	(864.330)	(187.466)	6.422	(1.045.374)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.109.163	296.105	-	1.405.268
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.458)	-	-	(1.458)
Receitas Financeiras	50.770	67.999	-	118.769
Despesas Financeiras	(188.241)	(263.874)	-	(452.115)
Resultado antes dos Impostos	970.234	100.230	-	1.070.464
Imposto de Renda e Contribuição Social	(357.093)	(43.572)	-	(400.665)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.253	9.301	-	50.554
RESULTADO DO EXERCÍCIO	654.394	65.959	-	720.353

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminação	Total
ATIVO	10.085.926	5.259.429	(515.224)	14.830.131
INVESTIMENTO	247.772	28.182	-	275.954
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.608.177	452.159	(5.879)	2.054.457
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(281.362)	-	-	(281.362)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(120.608)	(129)	5.879	(114.858)
	(401.970)	(129)	5.879	(396.220)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(57.483)	(87.495)	-	(144.978)
Participação dos Empregados	(3.359)	(1.734)	-	(5.093)
Obrigação Pós Emprego	(7.057)	(6.835)	-	(13.892)
Material	(4.313)	(5.111)	-	(9.424)
Serviços de Terceiros	(39.210)	(26.455)	-	(65.665)
Depreciação e Amortização	(183.747)	(422)	-	(184.169)
Provisões	(1.139)	(586)	-	(1.725)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(70.434)	-	-	(70.434)
Custo de Construção	(16.450)	(11.732)	-	(28.182)
Outras	(23.809)	(12.659)	-	(36.468)
	(407.001)	(153.029)	-	(560.030)
CUSTO E DESPESAS TOTAIS	(808.971)	(153.158)	5.879	(956.250)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	799.206	299.001	-	1.098.207
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Financeiras	67.010	70.831	-	137.841
Despesas Financeiras	(165.419)	(303.914)	-	(469.333)
Resultado antes dos Impostos	700.797	65.918	-	766.715
Imposto de Renda e Contribuição Social	(233.273)	(25.233)	-	(258.506)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.262	(16.799)	-	3.463
RESULTADO DO EXERCÍCIO	487.786	23.886	-	511.672

30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Em Milhares de Reais)

Descrição	GT	TAESA	Eólicas	Madeira	Outras	Eliminações	Total
ATIVO	11.756.272	4.192.658	345.659	1.392.774	813.412	(2.314.105)	16.186.670
Caixa e Equivalentes de Caixa	766.575	871.957	7.908	37.426	63.524	-	1.747.390
Contas a Receber	573.088	81.476	4.441	4.217	9.432	(1.400)	671.254
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	450.858	-	10.322	-	1.009	-	462.189
Tributos	314.849	380.011	1.372	8.828	3.315	16.221	724.596
Outros Ativos	387.982	68.505	683	26.790	11.049	(143.971)	351.038
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.262.920	2.790.709	320.933	1.315.513	725.083	(2.184.955)	12.230.203
PASSIVO	11.756.272	4.192.658	345.659	1.392.774	813.412	(2.314.105)	16.186.670
Fornecedores e Suprimentos	108.713	7.295	14.218	24.790	16.883	(1.407)	170.492
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	4.689.068	2.444.912	207.552	1.012.381	202.093	-	8.556.006
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	166.733	121.477	-	-	23.704	(145.199)	166.715
Obrigações Pós-Emprego	441.605	-	-	-	-	-	441.605
Tributos	723.210	297.822	4.384	1.602	18.151	-	1.045.169
Outros Passivos	426.357	69.380	130	102.398	6.576	1.256	606.097
Patrimônio Líquido	5.200.586	1.251.772	119.375	251.603	546.005	(2.168.755)	5.200.586
RESULTADO							
Receita Operacional Líquida	2.160.796	246.864	14.979	4.015	30.410	(6.422)	2.450.642
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL							
Pessoal - Empregados e Administradores	(143.595)	(12.879)	(137)	(784)	(968)	-	(158.363)
Participação dos Empregados e Administradores	(27.583)	(1.770)	-	(79)	-	-	(29.432)
Obrigações Pós-Emprego	(14.996)	-	-	-	-	-	(14.996)
Materiais	(6.427)	(1.196)	(43)	(193)	(188)	-	(8.047)
Serviços de Terceiros	(60.475)	(21.550)	(1.794)	(3.688)	(2.572)	12	(90.067)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(91.172)	-	-	(69)	(617)	-	(91.858)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(237.920)	-	-	(1.068)	(3.517)	-	(242.505)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(133.234)	-	(1.480)	(1.233)	(1.420)	6.410	(130.957)
Depreciação e Amortização	(167.569)	(454)	(5.527)	(1.112)	(6.024)	-	(180.686)
Provisões Operacionais	(7.508)	1.893	-	(1.049)	-	-	(6.664)
Custo de Construção	(42.528)	(1.936)	-	-	(1.213)	-	(45.677)
Outras Despesas Líquidas	(37.862)	(5.035)	(594)	(463)	(2.168)	-	(46.122)
	(970.869)	(42.927)	(9.575)	(9.738)	(18.687)	6.422	(1.045.374)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.189.927	203.937	5.404	(5.723)	11.723	-	1.405.268
Resultado de Equivalência Patrimonial	74.681	-	-	-	(1.458)	(74.681)	(1.458)
Receita Financeira	59.886	50.451	804	656	6.972	-	118.769
Despesa Financeiro	(279.361)	(140.691)	(8.713)	(14.531)	(8.819)	-	(452.115)
Resultado antes do IR e CSLL	1.045.133	113.697	(2.505)	(19.598)	8.418	(74.681)	1.070.464
Imposto de Renda e Contribuição Social	(367.336)	(26.923)	(908)	1.204	(6.702)	-	(400.665)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.556	9.473	119	451	(2.045)	-	50.554
Resultado do Período	720.353	96.247	(3.294)	(17.943)	(329)	(74.681)	720.353

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em Milhares de Reais)

Descrição	GT	TAESA	Eólicas	Madeira	Outras	Eliminações	Total
ATIVO	12.401.252	2.468.990	360.954	997.064	620.313	(2.018.442)	14.830.131
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.310.631	202.927	10.278	47.104	30.057	-	1.600.997
Contas a Receber	510.813	52.325	4.462	-	3.385	(1.250)	569.735
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	709.788	-	-	-	827	-	710.615
Tributos	321.559	368.511	1.602	4.559	2.633	-	698.864
Outros Ativos	405.071	5.095	5.529	13.190	8.233	(190.691)	246.427
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.143.390	1.840.132	339.083	932.211	575.178	(1.826.501)	11.003.493
PASSIVO	12.401.252	2.468.990	360.954	997.064	620.313	(2.018.442)	14.830.131
Fornecedores e Suprimentos	103.977	2.844	18.836	25.639	6.482	(1.255)	156.523
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	5.565.518	893.897	216.220	860.339	155.824	-	7.691.798
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	124.944	188.895	-	-	1.670	(190.565)	124.944
Obrigações Pós-Emprego	437.234	-	-	-	-	-	437.234
Tributos	765.374	145.828	4.457	1.653	8.751	-	926.063
Outros Passivos	365.949	21.153	125	33.844	34.369	(127)	455.313
Patrimônio Líquido	5.038.256	1.216.373	121.316	75.589	413.217	(1.826.495)	5.038.256
RESULTADO							
Receita Operacional Líquida	1.851.127	158.062	6.158	-	44.989	(5.879)	2.054.457
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL							
Pessoal - Empregados e Administradores	(132.114)	(12.017)	(142)	(7)	(698)	-	(144.978)
Participação dos Empregados e Administradores	(5.093)	-	-	-	-	-	(5.093)
Obrigações Pós-Emprego	(13.892)	-	-	-	-	-	(13.892)
Materiais	(7.256)	(2.029)	(36)	-	(103)	-	(9.424)
Serviços de Terceiros	(57.123)	(5.157)	(2.373)	(639)	(373)	-	(65.665)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(70.114)	-	-	-	(320)	-	(70.434)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(281.350)	-	-	-	(12)	-	(281.362)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(118.762)	-	(1.379)	-	(596)	5.879	(114.858)
Depreciação e Amortização	(172.164)	(423)	(7.984)	-	(3.598)	-	(184.169)
Provisões Operacionais	(1.725)	-	-	-	-	-	(1.725)
Custo de Construção	(16.450)	(640)	-	-	(11.092)	-	(28.182)
Outras Despesas Líquidas	(32.735)	(3.185)	(81)	(64)	(403)	-	(36.468)
	(908.778)	(23.451)	(11.995)	(710)	(17.195)	5.879	(956.250)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	942.349	134.611	(5.837)	(710)	27.794	-	1.098.207
Resultado de Equivalência Patrimonial	58.009	-	-	-	-	(58.009)	-
Receita Financeira	118.653	17.515	596	20	1.057	-	137.841
Despesa Financeiro	(379.309)	(59.858)	(10.722)	(14.153)	(5.291)	-	(469.333)
Resultado antes do IR e CSLL	739.702	92.268	(15.963)	(14.843)	23.560	(58.009)	766.715
Imposto de Renda e Contribuição Social	(250.001)	(6.474)	(867)	(167)	(997)	-	(258.506)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.971	(16.526)	81	-	(2.063)	-	3.463
Resultado do Período	511.672	69.268	(16.749)	(15.010)	20.500	(58.009)	511.672

31. RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO – REQUERIMENTO

A Cemig Geração e Transmissão, através de correspondência enviada à Aneel em 03 de julho de 2012, requereu a renovação pelo prazo de 20 anos do seu contrato de concessão de transmissão das instalações classificadas como integrantes da Rede Básica, atendendo ao previsto nestes contratos de manifestação em até 36 meses antes do início do término do prazo dos contratos.

A Companhia entende que atende às exigências legais da Portaria DNAEE nº 91, de 10 de abril de 1996, que a habilitam à pretendida prorrogação da concessão, devendo ainda serem avaliados os eventuais impactos decorrentes de alterações na legislação federal relacionada ao processo de renovação das concessões.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de 50% remanescentes das ações da UNISA pela TAESA

Em 03 de julho de 2012, a TAESA concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012. A UNISA era uma empresa controlada em conjunto pela TAESA e a Abengoa e, em 03 de julho de 2012, passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$ 876.865, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$ 903.910, que contempla a variação acumulada da SELIC até a data da conclusão da operação, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.045 na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Nova emissão de ações pela TAESA

No dia 19 de Julho de 2012, a TAESA concluiu uma oferta de pública de 24 milhões de UNITS, com um lote suplementar de 3 milhões de UNITS, totalizando 27 milhões de UNITS, emitidos ao preço de R\$65,00. Durante o roadshow da oferta foram abordados mais de 160 investidores institucionais, realizadas mais de 80 reuniões individuais em 9 cidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa.

Nesta mesma data, a Reunião do Conselho de Administração da TAESA aprovou, por unanimidade:

- a fixação do preço de emissão de R\$65,00 por Unit objeto da Oferta (“Preço por Unit”). O Preço por Unit foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de *Bookbuilding*”) conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a investidores institucionais, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Unit, de acordo com o inciso III, §1º do artigo

170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da TAESA e que o valor de mercado das Units a serem subscritas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Units no contexto da Oferta.

- o aumento do capital social da TAESA, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.560.000, o qual passará de R\$1.312.535 para R\$2.872.535, mediante a emissão de 72.000.000 ações, sendo 24.000.000 ações ordinárias e 48.000.000 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da TAESA de 263.498.907 ações, sendo 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais, para 335.498.907 ações, sendo 227.517.711 ações ordinárias e 107.981.196 ações preferenciais, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Contrato de Venda de Longo Prazo no Ambiente Livre

A Cemig Geração e Transmissão assinou no dia 01 de agosto de 2012, contratos de fornecimento de energia elétrica para unidades industriais da Samarco Mineração, localizadas em Minas Gerais e Espírito Santo. Com a assinatura destes contratos a Cemig fornecerá montantes escalonados de energia entre 2014 e 2022. O valor aproximado dos contratos é de R\$ 2,1 bilhões, configurando-se como um dos maiores acordos já realizados no “Ambiente de Contratação Livre” no Brasil.

Liberação de início de operação da unidade geradora 3 da UHE Santo Antônio

Através do Despacho nº 2.181, de 2 de julho de 2012, o Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº433, de 26 de agosto de 2003, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003984/2008-31, resolve liberar a unidade geradora 3, de 69.590 kW, da UHE Santo Antônio, para início de operação comercial a partir do dia 3 de julho de 2012, quando a energia produzida pela Unidade geradora deverá estar disponível ao sistema.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

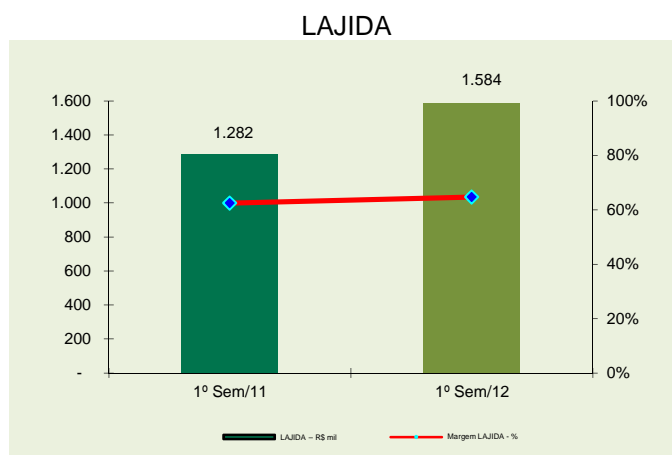
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2012, um resultado de R\$720.353, em comparação ao resultado de R\$511.672 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 40,78%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 19,28% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 9,32% nos Custos e Despesas Operacionais. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA consolidado da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no primeiro semestre de 2012 na comparação com o primeiro semestre de 2011, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2012	30/06/2011	Var %
Resultado do Período	720.353	511.672	40,78
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	350.111	255.043	37,28
+ Resultado Financeiro Líquido	333.346	331.492	0,56
+ Amortização e Depreciação	180.686	184.169	(1,89)
+ Resultado de Equivalência Patrimonial	1.458	-	-
= LAJIDA CONSOLIDADO	1.585.954	1.282.376	23,67



O crescimento do LAJIDA consolidado no primeiro semestre de 2012 em comparação ao primeiro semestre de 2011 deve-se, principalmente, ao aumento de 19,28% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 11,99% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência da maior eficiência operacional no primeiro semestre de 2012 em comparação ao mesmo período do ano anterior, a margem do LAJIDA passou de 62,42% no primeiro semestre de 2011 para 64,66% no primeiro semestre de 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado			
	MWh (**)		R\$ milhões	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Industrial	9.776.644	9.617.284	1.319.631	1.171.615
Comercial	110.683	43.197	29.161	10.129
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	4.389	49.965
	9.887.327	9.660.481	1.353.181	1.231.709
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	7.005.310	7.306.979	786.541	719.654
Transações com energia na CCEE	2.467.673	2.612.314	217.062	77.928
Vendas no Proinfa	51.307	25.578	15.513	6.400
Total	19.411.617	19.605.352	2.372.297	2.035.691

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$2.372.297 no primeiro semestre de 2012 em comparação a R\$2.035.691 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 16,54%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 2,35% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres associado à variação do preço médio que passou de R\$127,50 no primeiro semestre de 2011 para R\$136,86 no primeiro semestre de 2012, um aumento de 7,34%.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 4,13%, houve um aumento de 9,29% na receita com energia vendida, R\$786.541 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$719.654 no primeiro semestre de 2011, em função do aumento de 14,00% no preço médio de venda da energia, R\$112,28 em 2012 em comparação a R\$98,49 em 2011.

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$217.062 no primeiro semestre de 2012 em comparação a R\$77.928 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 178,54%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de R\$27,77 por MWh no primeiro semestre de 2011 para R\$115,15 por MWh no primeiro semestre de 2012.

Receita de Concessão da Transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro. Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$665.452 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$532.400 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 24,99%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas no segundo semestre de 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada em conjunto TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$262.808 no primeiro semestre de 2012 comparada a R\$180.529 no mesmo período do ano anterior.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$644.426 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$548.870 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 17,41%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$33.250 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$30.424 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 9,29%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$23.549 no primeiro semestre de 2012 na comparação com R\$18.081 no primeiro semestre de 2011, com aumento de 30,24%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro e equivalência patrimonial)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.045.374 no primeiro semestre de 2012 na comparação com R\$956.250 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 9,32%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$242.505 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$281.362 no primeiro semestre de 2011, representando uma redução de 13,81%. Esta variação decorre de menor compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$130.957 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$114.858 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 14,02%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Geração e Distribuição de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$158.363 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$144.978 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 9,23%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$29.432 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$5.093 no primeiro semestre de 2011. Parte do valor provisionado no primeiro semestre de 2012 refere-se à participação nos resultados já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011, válida para 2011 e 2012, motivo da variação entre os períodos comparados.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$90.067 no primeiro semestre de 2012 na comparação com R\$65.665 no primeiro semestre de 2011 representando um aumento de 37,16%. As principais variações ocorreram nos serviços de consultoria, contratados pela controlada em conjunto TAESA, e manutenção de instalações e equipamentos elétricos. A despesa com consultoria advinda pela consolidação da Controlada em conjunto TAESA foi de R\$9.095 num total de R\$11.286 no primeiro semestre de 2012. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23b das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A despesa com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos foi de R\$91.858 no primeiro semestre de 2012 na comparação com R\$70.434 no primeiro semestre de 2011 representando um aumento de 30,42%. A variação decorre principalmente do maior geração de energia no período, associado à variação de 6,63% no Fator de Atualização determinado pela Aneel.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$6.664 no primeiro semestre de 2012 comparados a uma despesa de R\$1.725 no primeiro semestre de 2011. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$7.702 no primeiro semestre de 2012 para adequação às expectativas de perdas da Companhia.

Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

Os Custos de Construção foram de R\$45.677 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$28.182 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 62,08%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, e seu aumento decorre de maior investimento em ativos da concessão no exercício de 2012.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$333.346 no primeiro semestre de 2012 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$331.492 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 0,56%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 38,73% na receita de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2012.
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$310.426 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$368.491 no primeiro semestre de 2011. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI no primeiro semestre de 2012 em comparação ao mesmo período de 2011. A variação do CDI, no primeiro semestre de 2012 foi de 4,59% comparada a 5,52% no primeiro semestre de 2011.
- Receita de variação cambial: R\$21.822 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$17 no primeiro semestre de 2011. Essa variação decorre, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da controlada em conjunto TAESA.
- Despesa de variação cambial: O valor da despesa com variação cambial no montante de R\$32.369 decorre, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada em conjunto TAESA em decorrência da aquisição da Abengoa.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou no primeiro semestre de 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$350.111 em relação ao Resultado de R\$1.070.464, representando um percentual de 32,71%. No primeiro semestre de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$255.043 em relação ao Resultado de R\$766.715 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,26%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %
RECEITA	1.245.628	1.046.643	19,01
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(77.164)	(70.203)	9,92
Participação dos Empregados no resultado	(15.535)	98	-
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(7.498)	(6.946)	7,95
Materiais	(4.682)	(5.723)	(18,19)
Serviços de Terceiros	(51.899)	(35.941)	44,40
Depreciação e Amortização	(91.456)	(88.381)	3,48
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(44.529)	(35.042)	27,07
Reversão (Provisões) Operacionais	(1.675)	(1.664)	0,66
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(20.676)	(18.337)	12,76
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(130.691)	(143.544)	(8,95)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(66.691)	(57.455)	16,08
Outros Custos de Operação	(25.664)	(29.197)	(12,10)
	(538.160)	(492.335)	9,31
Resultado antes do Resultado Financeiro	707.468	554.308	27,63
Resultado de Equivalência Patrimonial	(656)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(167.035)	(159.356)	4,82
Resultado antes dos Impostos	539.777	394.952	36,67
Imposto de Renda e Contribuição Social	(174.459)	(129.655)	34,56
Resultado do Período	365.318	265.297	37,70

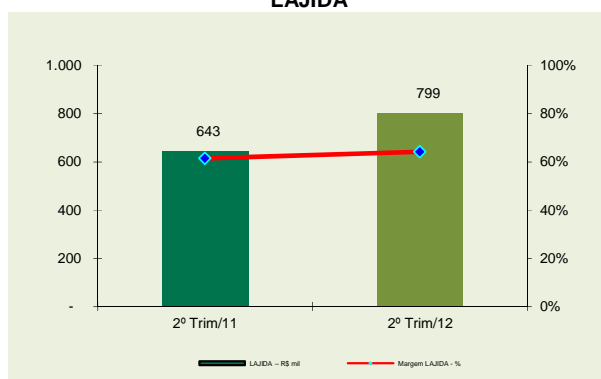
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2012, um resultado líquido de R\$365.318, em comparação ao resultado líquido de R\$265.297 no segundo trimestre de 2012, representando um aumento de 37,70%. Este aumento decorre, basicamente, do aumento de 19,01% na receita, parcialmente compensado pelos aumentos de 9,31% nos custos e despesas operacionais. Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no segundo trimestre de 2012 na comparação com o segundo trimestre de 2011, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var %
Resultado do Período	365.318	265.297	37,70
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	174.459	129.655	34,56
+ Resultado Financeiro Líquido	167.035	159.356	4,82
+ Amortização e Depreciação	91.456	88.381	3,48
+ Resultado de Equivalência Patrimonial	656	-	-
= LAJIDA	798.924	642.689	24,31

LAJIDA


O aumento do LAJIDA, no segundo trimestre de 2012 em comparação ao segundo trimestre de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 19,01% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 10,58% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 61,43% em 2011, para 64,14% em 2012.

Composição da Receita

	Consolidado IFRS		
	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.211.270	1.046.679	15,73
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	332.604	253.246	31,34
Receita de Infraestrutura – com impostos	20.753	20.704	0,24
Outras receitas operacionais	4.590	3.893	17,90
Impostos e Encargos incidentes sobre as receitas acima	(323.589)	(277.879)	16,45
Total	1.245.628	1.046.643	19,01

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %
Industrial	5.044.275	4.943.098	2,05	675.107	616.715	9,47
Comercial	58.394	22.783	156,31	17.218	4.027	327,56
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	10.860	18.392	(40,95)
	5.102.669	4.965.881	2,75	703.185	639.134	10,02
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.400.636	3.678.866	(7,56)	398.814	374.449	6,51
Transações com Energia na CCEE	945.244	1.242.870	(23,95)	102.828	30.169	240,84
Vendas Proinfra	20.954	13.317	57,35	6.443	2.927	120,12
Total	9.469.503	9.900.934	(4,36)	1.211.270	1.046.679	15,73

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(**) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.211.270 no segundo trimestre de 2012, em comparação a R\$1.046.679 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 15,73%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 2,75% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres associado à variação do preço médio que passou de R\$128,71 por MWh no segundo trimestre de 2011 para R\$137,81 por MWh no segundo trimestre de 2012, um aumento de 7,07%.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 7,56%, houve um aumento de 6,51% na receita com energia vendida, R\$398.814 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$374.449 no primeiro semestre de 2011, em função do aumento de 15,22% no preço médio de venda da energia, R\$117,28 em 2012 em comparação a R\$101,78 em 2011.

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$102.828 no segundo trimestre de 2012 em comparação a R\$30.169 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 240,84%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de 20,45 no segundo trimestre de 2011 para R\$164,04 no segundo trimestre de 2012.

Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de concessão de transmissão foi de R\$332.604, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$253.246 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 31,34%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas em 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$130.426 no segundo trimestre de 2012 comparada a R\$91.380 no mesmo período do ano anterior.

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	115.823	97.568	18,71
COFINS	107.481	93.471	14,99
PIS-PASEP	23.331	20.291	14,98
ISSQN e outros	106	103	2,91
	246.741	211.433	16,70
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	30.255	28.423	6,45
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	11.540	8.313	38,82
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	16.426	14.665	12,01
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	5.900	4.952	19,14
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	4.297	3.810	12,78
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE	2.141	1.905	12,39
PROINFA	6.289	4.378	43,65
	76.848	66.446	15,65
	323.589	277.879	16,45

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo, referente à RGR, apresentou um aumento de 6,45% nos períodos comparados. Este é um custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou um aumento de 12,01% nos períodos comparados.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 38,82% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$538.160, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$492.335 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 9,31%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$130.691, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$143.544 no segundo trimestre de 2011, representando uma redução de 8,95%. Este resultado decorre de menor atividade de comercialização de energia em 2012, com a compra de energia para revenda.

Pessoal

A despesa com pessoal, no segundo trimestre de 2012, foi de R\$77.164, comparados a R\$70.203 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 9,92%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$51.899 no segundo trimestre de 2012 na comparação com R\$35.941 no segundo trimestre de 2011 representando um aumento de 44,40%. As principais variações ocorreram nos serviços de consultoria, contratados pela controlada em conjunto TAESA, e manutenção de instalações e equipamentos elétricos.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	44.432	69.596	(36,16)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	739	2.270	(67,44)
Variação Monetária	3.617	2.442	48,12
Variações Cambiais	8.461	-	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(1)	(1)	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	283	-	-
Ajuste a Valor Presente	6.034	-	-
Outras	5.245	1.308	300,99
	68.810	75.615	9,00
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(149.775)	(190.077)	(21,20)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(5.062)	(6.883)	(26,46)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(31.658)	(24.868)	27,30
Variações Cambiais	(23.118)	-	-
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(11.174)	(2.897)	285,71
Ajuste a Valor Presente	-	(574)	-
Variação Monetária	(8.309)	(9.169)	(9,38)
Outras	(6.749)	(503)	1.241,75
	(235.845)	(234.971)	0,37
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(167.035)	(159.356)	4,82

Na comparação dos valores do segundo trimestre de 2012 com o segundo trimestre de 2011, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$167.035, em 2012, comparada a uma despesa líquida de R\$159.356 em 2011. As principais variações no resultado financeiro estão descritas a seguir:

- redução de R\$25.164, na receita de Aplicações Financeiras, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;
- Receita de Variação cambial no montante de R\$8.461 no segundo trimestre de 2012. Essa receita decorre, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da controlada em conjunto TAESA.

- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$149.775, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$190.077 no segundo trimestre de 2011. Essa redução decorre basicamente do menor volume de empréstimos lastreados ao CDI no segundo trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do exercício anterior e também da menor variação do indexador. A variação do CDI, no segundo trimestre de 2012 foi de 2,09% comparado a 2,80% no segundo trimestre de 2011.
- Despesa de Variação cambial: O valor da despesa com variação cambial no montante de R\$23.118 decorre, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada em conjunto TAESA em decorrência da aquisição da Abengoa.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no segundo trimestre de 2012, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$174.459 em relação ao lucro de R\$539.777, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 32,32%. No segundo trimestre de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$129.655 em relação ao lucro de R\$394.952, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 32,83%.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos

significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Sem modificar nossa conclusão, conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às informações contábeis intermediárias individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 30 de junho de 2012, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$1.500 milhões. O efeito proporcional na Companhia é de R\$150 milhões. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava em 30 de junho de 2012, R\$12.956 milhões os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de junho de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à Companhia é de R\$1.295 milhões.

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 17, que descreve o fato de que a Companhia possuía contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas de compromissos financeiros (“covenants”) que não estavam atendidos na data base 30 de junho de 2012. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2012, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$2.882 milhões (R\$2.882 milhões no consolidado) do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2012.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias referentes às demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com CPC 21, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de agosto de 2011, o qual conteve parágrafos de ênfase relacionados a: (i) o fato de que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estavam incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações a partir do início das operações; e, (ii) o fato de que a Companhia possuía contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas de compromissos financeiros (“covenants”) que não estavam atendidos na data base 30 de junho de 2011. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$2.242 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual

conteve parágrafos de ênfase relacionados a: (i) o fato de que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. estava apurando prejuízos recorrentes em suas operações e tinha apresentado excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante consolidado de R\$1.279 milhões. O efeito proporcional na Companhia era de R\$128 milhões; e (ii) o fato de que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estavam incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações a partir do início das operações. O montante proporcional à Companhia era de R\$1.151 milhões registrados no ativo imobilizado.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo F. Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 S/MG